



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS TRINDADE

## **DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE O ENVOLVIMENTO PARENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR**

**REGINA CÉLIA DA SILVA SANTOS**

TRINDADE  
2020

REGINA CÉLIA DA SILVA SANTOS

**DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE O ENVOLVIMENTO PARENTAL NO  
CONTEXTO ESCOLAR**

Artigo Científico apresentado ao Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Trindade – Goiás, como  
requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em  
Educação e Trabalho Docente.

Orientador: Prof. Ma. Priscila Rodrigues do Nascimento

TRINDADE  
2020

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

SR335d Santos, Regina Célia da Silva  
Diálogos Possíveis Sobre o Envolvimento Parental  
no Contexto Escolar / Regina Célia da Silva Santos;  
orientadora Priscila Rodrigues do Nascimento. --  
Trindade, 2020.  
22 p.

Monografia (Graduação em Especialização em Educação  
e Trabalho Docente) -- Instituto Federal Goiano,  
Campus Trindade, 2020.

1. Envolvimento Parental. 2. Estratégias. 3.  
Escola. I. Nascimento, Priscila Rodrigues do,  
orient. II. Título.



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese                                   | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                            | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação                        | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e                      | Educacional - Tipo:                                     |

Nome Completo do Autor: Regina Celia da Silva Santos

Matrícula: 2019108301930199

Título do Trabalho: Diálogos Possíveis Sobre o envolvimento Parental no Contexto Escolar

**Restrições de Acesso ao Documento**

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: Este trabalho é aberto para ser lido, publicado, e assim contribuir para outros pesquisadores da Educação.

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 10/11/2020\_

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Regina Celia 10/11/2020  
Local Data

Regina Celia S. Santos

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Renata Rodrigues do Nascimento

Assinatura do(a) orientador(a)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS TRINDADE  
COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

### DECLARAÇÃO DE AUTORIA

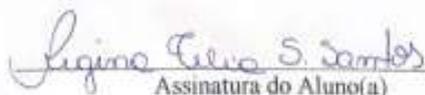
Eu, Regina Celia da Silva Santos CPF:439223251-49, devidamente matriculado (a) no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal Goiano – Campus Trindade, declaro a quem possainteressar e para todosos fins de direito que:

- 1.Sou o legitimoautor do artigo cujo titulo é: Diálogos Possiveis Sobre o Envolvimento Parental no Contexto Escolar.
2. Respeiter a legislação vigente de direitos autorais, em especial citando sempre as fontes que recorri para transcrever ou adaptar textos produzidos por terceiros.

Declaro-me ainda ciente que se for apurada a falsidade das declarações acima, o artigo sera considerado nulo e a homologação do diploma, porventura emitido, sera cancelada, podendo a informação de cancelamento ser de conhecimento público.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Trindade, 09 de novembro de 2020.

  
Assinatura do Aluno(a)



SERVÍÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 26/2020 - CPPGI-TRI/CMPTRI/IFGOIANO

**COORDENAÇÃO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - CAMPUS TRINDADE**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE**

**ATA DE BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE**  
**CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às 14h00min (quatorze horas), reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, via Google Meet, para procederem à avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de Especialização, intitulado **"DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE O ENVOLVIMENTO PARENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR"**, de autoria de **Regina Celia da Silva Santos**, discente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente do Instituto Federal Goiano - Campus Trindade. A sessão foi aberta pela Orientadora e presidente da Banca Examinadora, Profª. Me. Priscila Rodrigues do Nascimento, que fez a apresentação formal dos membros da Banca, Profª. Me. Ruth Aparecida Viana da Silva e Profª. Me. Poliana Guimarães Oshiro. A palavra, a seguir, foi concedida à autora para, 30 minutos proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu oralmente a autora. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo em vista as normas que regulamentam o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente, e indicadas as correções pertinentes, o Trabalho de Conclusão de Curso foi **APROVADO**. A conclusão do curso, como requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente, dar-se-á quando da entrega ao Prof. Orientador da versão definitiva do Trabalho, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **30 (trinta) dias** da sua ocorrência. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou a sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso às 15h10min, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.

**Membros da Banca Examinadora**

Nome	Instituição	Condição
Profª. Me. Priscila Rodrigues do Nascimento	IF Goiano - Campus Trindade	Presidente/Orientadora
Profª. Me. Ruth Aparecida Viana da Silva	IF Goiano - Campus Trindade	Avaliadora interna
Profª. Me. Poliana Guimarães Oshiro	IF Goiano - Campus Trindade	Avaliadora externa

Documento assinado eletronicamente por:

- Regina Celia da Silva Santos, 2019108301930199 - Discente, em 09/10/2020 16:55:29.
- Poliana Guimaraes Oshiro, PEDAGOGO-AREA, em 07/10/2020 14:35:17.
- Ruth Aparecida Viana da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/10/2020 11:34:59.
- Priscila Rodrigues do Nascimento, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/10/2020 11:31:30.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/10/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 195996  
Código de Autenticação: 4ed21ccace



# DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE O ENVOLVIMENTO PARENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR<sup>1</sup>

Regina Célia Silva Santos<sup>2</sup>

## Resumo

O envolvimento parental é uma ação escolar cujo objetivo é pensar o comprometimento da família na organização da escola para melhorar a aprendizagem da criança. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, haja vista a pesquisa considerar, na análise realizadas, estudos teóricos e documentos legais que regem a educação no Brasil, que apresenta uma discussão sobre estratégias de envolvimento parental. O objetivo principal é contribuir para uma maior participação da família na vida escolar do aluno, visando uma educação de melhor qualidade. Esse estudo resgata a história da criança e a importância do ECA no Brasil. Além disso, são discutidas as contribuições de documentos que regem a educação brasileira. As reflexões propostas possibilitam compreender a necessidade de desenvolver estratégias de envolvimento parental na escola, para que essas duas instituições se tornem corresponsáveis pelo processo educativo e, assim, assegurar uma melhor aprendizagem e formação social do aluno.

**Palavras-chave:** Envolvimento Parental; Estratégias; Escola.

## Abstract

Parental involvement is a school action whose objective is to think about the family's commitment to the organization of the school to improve the child's learning. Thus, it is a bibliographic and documentary research, in view of the research considering, in the analysis carried out, theoretical studies and legal documents that govern education in Brazil, which presents a discussion on parental involvement strategies. The main objective is to contribute for a greater participation of the family in the student's school life, aiming at a better quality education. This study rescues the child's history and the importance of ECA in Brazil. In addition, the contributions of documents that govern Brazilian education are discussed. The proposed reflections make it possible to understand the need to develop strategies for parental involvement in school, so that these two institutions become co-responsible for the educational process and, thus, ensure better learning and social formation of the student.

Keywords: Parental Involvement; Strategies; School.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo emerge a partir da percepção sobre a importância em aproximar a família e a escola. Para tanto, tem-se a necessidade de discutir as bases teóricas que norteiam

---

<sup>1</sup> Artigo final apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano para adquirir o título de Especialista no curso de Pós-Graduanda em Educação e Trabalho Docente, sob a orientação da professora Ma. Priscila Rodrigues do Nascimento.

<sup>2</sup> Pós-Graduanda *Lato Sensu* em Educação e Trabalho Docente, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Trindade. Graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialização em Educação Especial na Perspectiva do AEE.

as responsabilidades da escola e da família no processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, é indispensável que se pense em estratégias que as aproximem. O intuito é que a integração dessas duas instituições, não fique na superficialidade, mas aconteça de forma consciente, ativa e responsável aos propósitos educacionais que promovem melhorias para a formação do educando na sua totalidade.

Portanto, essa pesquisa tem como objetivo discutir estratégias para motivar o diálogo sobre o envolvimento parental na escola. Acredita-se que ao promover uma parceria entre família e escola seja possível estabelecer uma melhor comunicação para criar estratégias que atendem a realidade de ambas as partes.

A metodologia desse estudo tem suas bases na pesquisa bibliográfica. Para tal, foi feito um breve histórico sobre a infância, discussão sobre a importância do ECA e dos documentos que regem a educação no Brasil. Nesse sentido, esse estudo discute de que forma o envolvimento parental pode contribuir para aproximar a família e a escola com o intuito de melhorar o desenvolvimento da criança.

E, por fim, a pesquisa contribuiu para perceber que, em se tratando do contexto sociocultural, é preciso consolidar o envolvimento parental na escola. E assim estabelecer uma melhor qualidade no ensino aprendizagem. Nesse sentido foi apresentado no estudo duas categorias que se dividem em envolvimento parental e participação, com caracteres formais e informais da educação. Além disso, apresentou-se ações como: ajuda da escola para a família cumprir suas obrigações básicas; promover a comunicação entre a escola e as famílias; envolver os pais em atividades no espaço escolar; envolver os pais em atividades de aprendizagem em casa; envolver os pais nas tomadas de decisões; envolver a comunidade. Compreende-se então que qualquer projeto de envolvimento parental na escola deve ter como início o fortalecimento da comunicação entre a família e a escola. Portanto, conhecer os processos que permeiam esses dois contextos possibilita desenvolver estratégias mais precisas e efetivas.

## **BREVE HISTÓRIA DA INFÂNCIA E A IMPORTÂNCIA DO ECA NO BRASIL**

O conceito de infância, segundo Heywood (2004), é uma invenção recente e nasceu da necessidade de se tecer um olhar mais humano para a criança que antes era comparada a animais de estimação ou vistas como adultos em miniatura. Essa percepção, do agora sujeito criança, ainda segundo Heywood (2004), surgiu da noção de que o comportamento pueril típico da fase da infância fazia com que as crianças fossem consideradas adultos indisciplinados. Esse entendimento passou a considerar

[...] que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos. Essa nova preocupação com a educação pouco a pouco iria instalar-se no seio da sociedade, e transformá-la de fio a pavio. A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas (ARIÈS 1981, p. 4).

Essa mudança no pensamento de como a criança era vista socialmente, foi motivada porque existia um desconforto parental quanto aos hábitos infantis por parte dos adultos. Esse incômodo, segundo Ariés (1981), no século XVIII, fez com que a instituição família pensasse em um processo que pudesse “domesticar” as crianças. Portanto, pensou-se em desenvolver um regime nomeado “Quarentena”. Estado esse, cujo objetivo era preparar a criança para saber se comportar na presença de outros adultos. Assim, repensou-se o tratamento dado à criança e surgiu a preocupação em educá-la. Fato que abriu espaços para a reorganização de outras instituições como a família, os interesses da igreja e as formas de ensinar. Desse contexto, nasce a instituição escola e a necessidade de um olhar mais humano para as crianças.

Dessa transição de pensamento exigiu-se uma estrutura sobre como ensinar e para quem. Essas transformações, sobretudo o entendimento que a criança precisa de cuidados e atenção, desde então têm influenciado os documentos que norteiam a educação ao longo da história. Prova essa é que, na atual conjuntura, a concepção de criança é completamente diferente de alguns séculos atrás, lembrando que, segundo Ariés (2012), a infância é uma construção social moderna que teve início no século XIII e é determinada pelo modo de vida de cada sociedade.

Esse contexto inicia uma transformação e a sociedade entende que deve lutar por uma educação de qualidade e acessível a todos. Por isso, surgem movimentos sociais e embates políticos em prol dessa conquista. Nesse sentido, no contexto brasileiro, a partir da Constituição Federal (CF), de 1988, a criança é considerada em sua totalidade tendo suas peculiaridades acatadas na lei, assim definindo a proteção integral da criança. No art. 227 da CF, afirma-se:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, a educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária[...] (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a criança passa a ocupar um lugar na sociedade. Um ser de direitos, e responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. Nesse momento, é reconhecida a necessidade de criar políticas públicas para reafirmar e garantir esses direitos dados à criança.

No Brasil, um exemplo de reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos protegidos pela lei, foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 de julho de 1990, pela lei n. 8.069. Esse documento nos Art. 3 e 4

confere que é direito desses sujeitos a proteção integral no que se refere aos aspectos: cognitivos, afetivos, físicos, sociais, morais e culturais em condições de liberdade dignidade, ao respeito, convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2010, p.15).

Sob essa ótica, a criança e o adolescente passam a ter mais um documento que os ampara legalmente como sujeitos. No contexto brasileiro, o ECA (1990) ganha poder legal junto a outros documentos oficiais que garantem a formação da pessoa como sujeito, como é o caso do acesso à educação. Tema esse, discutido no próximo item.

## **DOCUMENTOS QUE REGEM A EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Como foi apresentado na discussão anterior, a noção de organização escolar como instituição de ensino formal, passou primeiro pela necessidade de reconhecimento do sujeito e um olhar mais afetivo para a criança. Não diferente, embora sejam fatos ocorridos em tempos distintos, a criação do ECA (1990) também legitima a criança como sujeito amparado pela lei e amplia essa legalidade para a fase da adolescência. No Brasil, esse estatuto se apoia em outras leis que garantem a formação da pessoa como sujeito que oferece orientações sobre os princípios norteadores da educação.

No Brasil, o direito à educação faz parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como objetivo valorizar a igualdade entre as pessoas. Esse direito apenas foi reconhecido na CF/1988, tal como afirma o artigo 205,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para trabalho (BRASIL, 2010, p.136).

Compreende-se assim, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. É certo que antes disso, o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros. O ensino público era tratado como uma assistência, um amparo dado àqueles que não podiam pagar para ter acesso à escola. Mas, após a promulgação da CF de 1988, a educação passa a ser um direito fundamental, porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. E foi nesse sentido que foi criada, em dezembro de 1996, a mais importante lei brasileira que se refere à educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – a LDB<sup>3</sup>, registrada sob o número 9394/96. Essa lei está composta por 92 artigos que versam sobre os mais variados temas da educação brasileira, que

---

<sup>3</sup>LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, define e regulariza a organização da educação brasileira com bases nos princípios presentes na constituição. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

vai da educação infantil até o ensino superior.

Com a LDB, torna-se dever do Estado oferecer educação escolar pública e definir as responsabilidades em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Segundo a LDB, a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) e o ensino superior. E conta ainda com algumas modalidades de educação que perpassam todos os níveis da educação nacional. São elas: educação especial, educação à distância, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação indígena (BRASIL, 2010). Além dessas determinações, a referida lei aborda temas como os recursos financeiros e a formação dos profissionais da educação.

A partir da criação dessa lei, houve um grande avanço na educação e novas políticas públicas foram sendo efetivadas. A exemplo disso, tem-se a Base Nacional Comum Curricular<sup>4</sup> (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>5</sup>, ambos muito importantes para melhorar a qualidade da educação no Brasil.

A BNCC é um documento de suma importância para educadores, educandos e para a sociedade em geral. A sua principal função é nortear e promover mais equidade e igualdade no processo educacional da escola no Brasil. Nesse sentido, um dos principais desafios das instituições escolares é elaborar um novo currículo que prima pela aprendizagem indicada na BNCC, mas, que também, respeite a identidade da instituição. Para tanto, é necessária a revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP)<sup>6</sup>. Documento esse que contém as metodologias e a proposta curricular da instituição. Portanto, esse tem que estar adequado às diretrizes da BNCC.

Cada instituição, de acordo com a BNCC, deve incluir em seu currículo temas relacionados à região e ao contexto no qual a escola está inserida, sempre atenta à realidade do estudante que a frequenta. As teorias sobre currículo presentes na BNCC coadunam princípios e valores norteados pela LDB. Além disso, são documentos complementares, porque norteiam as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da educação básica, reconhecendo que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento do aluno.

Além destes documentos, há o PNE, que apresenta a organização das diretrizes e metas para a educação no Brasil. Esse plano tem a finalidade de direcionar esforços e investimentos

---

<sup>4</sup>BNCC - Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para o ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, que foi aprovada em 2018.

<sup>5</sup> O PNE é alterado a cada 10 (dez) anos. Atualmente, encontra-se em vigor o PNE 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 2014. A partir dele, os Estados fazem o Plano Estadual de Educação (PEE). No caso do Estado de Goiás, o PEE atual refere-se à década 2015-2025, aprovado pela Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015.

<sup>6</sup> O PPP é um documento elaborado pela escola, norteador das ações a serem desenvolvidas, com prazo para ser revisado e renovado. Para a elaboração deste documento, existe a possibilidade de participação da comunidade, a depender das orientações dadas pela Secretaria de Estado ou do Município.

visando uma melhor qualidade na educação do país. E para tanto, apresenta 20 (vinte) metas para serem alcançadas, sendo que, cada meta, apresenta estratégias para a sua efetivação. Dentre estas, está a meta 7 (sete) que justifica essa proposta de estudo.

### **EDUCAÇÃO COMO RESPONSABILIDADE DE TODOS: META 7 DO PNE**

O PNE visa apontar planos e metas para melhor ampliar e desenvolver a educação escolar no Brasil. Ao apresentar as metas, o documento afirma que são necessárias estratégias para alcançar os resultados desejados. O texto discute essa necessidade na desafiadora Meta 7, que aponta ainda 36 estratégias para atingir os números idealizados para a previsão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>7</sup>. Com força de lei, o PNE estabelece 20 metas a serem atingidas no prazo de 10 anos.

O primeiro PNE foi elaborado no ano de 1996 para vigorar entre os anos de 2001 a 2010. Em dezembro de 2010, foi enviado ao Congresso Nacional um novo projeto de lei, então aprovado em forma da Lei nº 13.005, em 26 de junho de 2014.

A Meta 7 desse documento é um grande desafio porque consolida as leis anteriores que garantem que educação é direito de todos incluindo os responsáveis pelos alunos. A participação da família na gestão está prevista legalmente, uma vez que de acordo com a LDB (1996), nos artigos 14 e 15, as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da gestão democrática. Essa, por sua vez, deve ter como princípios ações em que toda a comunidade escolar (gestores, coordenadores, professores, demais funcionários, pais e alunos) tenha a liberdade de tomar decisões sobre os encaminhamentos da escola.

Nesse sentido, para Lück (2010, p.29), a

[...] participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme.

Para o autor supracitado, a gestão participativa depende de todos que fazem parte direta ou indiretamente do processo educacional, tanto na solução de problemas quanto nas tomadas de decisões e na elaboração de planos de ação. A prática da gestão democrática leva as instituições à construção do poder da competência que é pautado na união social como um todo.

---

<sup>7</sup>IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino das escolas públicas.

A gestão democrática é uma estratégia de envolvimento entre família e escola. Envolvimento esse discutido no próximo item.

## **ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA E OS DOCUMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL**

De acordo com Marques (2011, p.1), “o envolvimento parental desempenha um papel fundamental na educação dos alunos, não só para que atinja o sucesso escolar, mas também pelo estreitamento das relações entre as famílias e a escola”. Entretanto, para que isso ocorra é necessário que aconteça uma aproximação da família com a escola. É certo que essa proximidade trará inúmeros benefícios para os profissionais da educação, para a família e, em especial, para criança.

Nesse sentido, o contexto educacional brasileiro está preservado por leis que compõem os documentos oficiais como a LDB (1996), PNE (2014-2024) e a BNCC (2018) e que sugerem o envolvimento parental. Essa afirmação pode ser observada nos seguintes excertos:

Excerto1- Constituição: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p?)

Excerto 2- BNCC: [...] nesse processo é mais do que essencial promover a formação continuada do corpo docente e a comunicação clara com os pais e a comunidade escolar (BRASIL, 2017).

A Constituição Federal (1988) afirma que o ensino é um bem comum, obrigação do Estado e da família, reforçado com o apoio da sociedade, com a finalidade de uma formação integral do sujeito.

Cada Estado tem uma Constituição Estadual. O objetivo dessas constituições estaduais é o de melhorar o funcionamento administrativo do país, pois assim, oferecem uma maior autonomia aos Estados e são amparados por lei, conforme expresso no artigo 25 da CF (1988): “Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição”. A Constituição do Estado de Goiás é do dia 05/10/1989.

Assim, como a CF (1988), a BNCC (2), também é um documento que visa uma melhor educação. Para isso, é fundamental investir em formação continuada para os educadores, e num diálogo aberto das famílias com a escola. Nesse sentido, esse documento reafirma a necessidade de que a proposta curricular seja construída de forma participativa, contando com a colaboração do profissional da educação e da comunidade, sendo assim, é importante que esse currículo seja

elaborado com a colaboração de todos.

O documento PNE (2014-2024) discute metas e estratégias que promovem esse envolvimento de todos. Dentre elas, há a estratégia 7.28 que visa:

[...] mobilizar as famílias setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social, sobre o cumprimento das políticas educacionais (NOVA ESCOLA, 2012. p.8-11).

Assim, semelhante à BNCC, o documento PNE (2014-2024), em suas metas, cita a necessidade de “estabelecer políticas de estímulos às escolas(...) de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar” (NOVA ESCOLA, 2012, p.11). Nesse sentido, compreende-se que para alcançar essa meta, é essencial que além dos esforços de todos, haja investimentos na formação dos professores, organização do trabalho dos gestores das instituições com princípios democráticos e desenvolvimento de estratégias para envolver a família.

Entende-se que a BNCC e o PNE, foram criados para reafirmar políticas públicas como a LDB nº 9394/96, e o direito a educação garantida na constituição prevista no artigo 2º que considera,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996).

O Artigo 2º da LDB, afirma que o ensino será ministrado baseando-se em alguns princípios. Entre esses princípios estão o direito de ingressar e permanecer na escola, respeito à expressão de pensamento e direito de ser tratado igual a todos independente de raça ou classe social. Portanto, é responsabilidade da família e da sociedade em geral fazer com que a lei seja cumprida assegurando assim o bem-estar da criança e do adolescente.

Sabe-se que cada documento desse tem um propósito na educação. A CF (1988), por exemplo, enuncia o direito à educação como um direito igualitário. A BNCC veio regulamentar quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas em todas as escolas brasileiras, públicas ou não, garantindo o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes. O PNE é um plano de ação com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da educação do país. E por fim, a LDB a lei que regulariza e organiza a educação brasileira com base nos princípios existentes na constituição.

No Brasil, as leis e os planos que regem a educação no país sugerem em muitas afirmações que a escola desenvolva ações que envolvam a família, entretanto não tem proposto

um plano para executar essa ação. Por isso, é importante discutir estratégias de envolvimento parental.

## TIPOLOGIAS DE ENVOLVIMENTO PARENTAL

Para Carvalho et al. (2000), o envolvimento parental é umas das ações mais relevantes para estabelecer parcerias entre a escola e a família, já que essas duas instituições podem compartilhar suas expectativas, por meio de um trabalho democrático. Uma vez que ambos têm um objetivo em comum, que é oferecer à criança uma boa condição de aprendizagem e desenvolvimento humano. E para que essa ação seja possível, Carvalho et al. (2000) apresentam a Tipologia de Envolvimento Parental de Joyce Epstein (1992). Esse detalhamento descreve seis tipos de envolvimento parental detalhados no quadro 1.

**Quadro 1- Tipologia** de Envolvimento Parental de Joyce Epstein

Tipo 1	Ajuda da Escola à Família – a escola acompanha as famílias no seu papel educativo ajudando-as criar as condições físicas, emocionais, e educativas para as crianças aprenderem.
Tipo 2	Comunicação Escolar – família – a escola estabelece comunicação com as famílias acerca da escola, das aprendizagens e progressos dos alunos.
Tipo 3	Ajuda da Família à Escola – a escola envolve a família em atividades de Voluntariado na escola.
Tipo 4	Envolvimento da Família em atividades de Aprendizagem em casa – a escola Orienta a família para a realização de atividades de aprendizagem.
Tipo 5	Participação da tomada de Decisões – a escola inclui a participação das Famílias ou dos seus representantes nos órgãos de tomada de decisão na escola nos assuntos relacionados com a aprendizagem dos alunos.
Tipo 6	Intercâmbio com a Comunidade – existe uma partilha de responsabilidades e Recursos entre a escola e as instituições comunitárias que trabalham com crianças e jovens.

Fonte: CARVALHO e col. (adaptado, 2000, p.8)

Mediante as tipologias discutidas sobre envolvimento parental, é perceptível que esse envolvimento está fomentado pelo diálogo (Tipo 2), cooperação (Tipo1 e 4), democracia (Tipo 5), aproximação entre a escola e a família (Tipo 3) e reciprocidade (Tipo 6). Dado os fatos expostos no quadro 1, é possível perceber o quanto essa tipologia desenvolvida por Epstein (1992) é significativa para uma melhor aprendizagem. Uma vez que no Tipo1é proposta uma relação de cooperação da escola com a família para o desempenho nos cuidados essenciais.

Desse modo, é necessário um diálogo para comutar a vida escolar e familiar do aluno. Essa troca de conhecimento da vida do educando no contexto familiar e escolar é importante para uma reflexão de como desenvolver práticas educativas adequadas às necessidades do educando que vai colaborar para superar as dificuldades encontradas.

Os Tipos 2 e 3 sugerem envolvimento e voluntariado, uma vez que propõem uma busca de ações para promover o diálogo entre essas duas instituições, no sentido de firmar uma

comunicação que vai permitir a família estar ciente da situação escolar do filho. Além disso, pode ajudar a família conhecer a escola e suas dificuldades, como por exemplo, no contexto de algumas escolas públicas as situações de carteiras quebradas, vazamentos nos banheiros, tomadas queimadas entre outros desafios que poderiam levar os responsáveis a se organizarem e exigir das autoridades melhores condições para o funcionamento da escola.

Portanto, o fato dessas duas instituições desenvolverem um diálogo corrobora para que se ajudem nas dificuldades, porque se a escola tem os seus problemas, a família também tem os seus, e é nesse sentido que é importante essas duas instituições dialogarem. Para facilitar essa troca de conhecimento e apoio, a escola tem que saber quando a família não consegue ajudar o aluno na atividade de casa, e assim, receber orientações de como realizar essas tarefas. Essa é a sugestão do Tipo 4, que sugere a tomada de conscientização de papéis que favorecem o processo escolar e com isso ter um resultado de melhor ensino e aprendizagem.

Além disso, a Tipo 5 irá propiciar a gestão democrática, situação em que as famílias participam e tomam decisões nos projetos relacionados ao desenvolvimento do educando. E isso, está previsto na LDB (1996) uma vez que essa lei afirma que as famílias devem ser envolvidas na aprendizagem das crianças seja por meio da representação dos pais nos organismos da escola onde já é prevista, seja por meios de grupos criados para refletir e produzir ações que visam solucionar problemas que impedem a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. São práticas relacionadas com a participação efetiva na vida da escola.

É bom acrescentar ainda que no Tipo 6, a escola pode envolver a comunidade buscar e partilhar suas responsabilidades com práticas e recursos através de parceiros institucionais e organizacionais existentes na comunidade (centro de saúde, associações recreativas e culturais e outros), por exemplo informando as famílias dos recursos e atividades que podem encontrar na comunidade, como atividades recreativas, acontecimentos culturais, ou mesmo conseguir firmar um acordo com o centro de saúde onde os profissionais de saúde possam ministrar palestras que orientam a saúde física e mental dos alunos.

Mediante aos fatos expostos no quadro das tipologias de Epstein (1992), percebe-se que todas as tipologias trazem estratégias que contribuem para que as famílias não só se sintam inseridas, mas acolhidas e envolvidas no processo de formação dos filhos. Além disso, permitirá aprofundar o diálogo entre essas duas instituições para juntas enfrentarem os problemas, o que isoladamente se tornam mais difíceis, ou talvez nem consigam resolver. Ademais, as duas têm um mesmo objetivo, que é oferecer a criança uma boa condição de aprendizagem e uma boa formação social (CARVALHO et al., 2000).

Outra noção sobre a organização do envolvimento parental (EP) é apresentada por

Gonçalves (2015). Essa autora afirma que existem diversas formas da família se relacionar com a educação e com a escola que podem ser por meio do acompanhamento da criança na atividade feita em casa, pelo processo de comunicação em reuniões, ou por meio da agenda. Ao citar esses exemplos, a autora descreve quatro ações que aproximam a família e a escola, “intituladas EP- Familiar, EP- Escolar, PP- Informal e PP- Formal” (GONÇALVES, 2015, p. 37),

[...] o primeiro envolvimento que se propõe é o envolvimento parental no espaço familiar (EP Familiar), é nesse que acontece a relação da família com o aluno(...). O segundo é o envolvimento parental no espaço escolar (EP escolar), esse é definido por meio da comunicação que se estabelece entre as famílias e a escola para troca de informações sobre a vida escolar e familiar do aluno(...). O terceiro tipo é a participação parental de carácter informal (PP informal), assim designados por incluir todas as atividades organizadas pela escola, e as famílias podem participar e/ou ajudar a organizar(...). Por último a participação parental de carácter formal (PP formal) definida como a influência ou a participação das famílias na gestão escolar ou de turma [...].

As ações descritas por Gonçalves (2015) preveem duas categorias que se dividem em envolvimento parental e participação. Ambas consideram os caracteres formais e informais da educação, uma vez que leva em consideração que o aluno também aprende fora do espaço escolar.

O EP no espaço familiar, para o autor supracitado, trata-se do comprometimento da família com a formação do aluno, é assim que se constrói valores culturais morais. Esses valores são transmitidos quando a família ensina o aluno a ser responsável, comprometido, ajuda a organizar e realizar as atividades escolares, culturais, quando se conversam e ao apoiar a leitura de um livro, por exemplo.

Em resumo, EP- escolar é o envolvimento parental no espaço escolar, esse cenário se firma por meio de um diálogo entre essas duas instituições, com isso ambas participam da vida do aluno fora e dentro do espaço escolar.

Nesse contexto, criam-se estratégias que promovem uma real PP- participação parental informal, a exemplo disso, é uma proposta para envolver as famílias nos projetos da instituição de ensino, contando com a contribuição nos eventos culturais, e com a ajuda voluntária para concertos na instituição, beneficiando os filhos com um melhor ambiente de aprendizagem.

Além disso, a família deve ter a PP- Formal, que é uma participação ativa nos processos formais da instituição escolar, estabelecendo assim uma gestão democrática, na qual a comunidade é representada nas tomadas de decisões, participação essa prevista por lei (LDB). Portanto, essa atuação tem que ser de maneira consciente de uma forma que os integrantes de uma unidade social se reconheçam Lück (2010), e assim possam contribuir para a melhoria do ensino e aprendizagem.

Para Gonçalves (2015), é importante elaborar um plano de trabalho que possibilitará promover todos os tipos de convivência que se pode construir entre essas duas instituições. Por isso, a necessidade de discutir estratégias de envolvimento: família e escola.

### **ESTRATÉGIAS DE ENVOLVIMENTO PARENTAL: FAMÍLIA E ESCOLA**

Os princípios que norteiam o envolvimento parental, segundo Joyce Epstein(1992), estão pautados no fato de que a educação é feita pela participação e dupla responsabilidade da escola/família (GONÇALVES, 2015),e que o ambiente interfere na aprendizagem (REIS, 2008).As afirmações desses autores retomam as assertivas de Carvalho et al. (2000), no sentido de que é importante que as instituições de educação básica desenvolvam estratégias de comunicação escola/família por meio de atividades simples, como organização das comemorações na escola.

Sendo assim, Reis (2008) discute que a motivação dos pais, a existência de uma boa relação entre todos os intervenientes, assente numa comunicação direta e eficaz, bem como a promoção de regras e dos afetos que promova um maior envolvimento quer com a escola quer em casa. Esse estudioso propõe estratégias que promovem envolvimento parental focadas nos responsáveis e diferentes dos autores já citados, toma como foco ações em que os responsáveis pelos alunos protagonizem suas funções em relação à escola e fora dela. Por isso, teoriza sobre duas categorias intituladas “Fatores que os envolvem com a escola” e “Fatores que os envolvem-na escola” (REIS, 2008, p.235).

A primeira categoria está relacionada ao conhecimento sobre o funcionamento da escola. Então sugere aos responsáveis que se informem sobre:

1-Relação de proximidade com o professor/orientador e amigo; 2-conhecimento do espaço físico e das matérias escolares; 3-disciplina e justiça; 4-atenção e conhecimento individual dos alunos; reconhecimento dos esforços, desenvolver competências; 5-horário escolar e menos faltas dos professores; 6-a existência de trabalhos de casa e a sua correção; 7-entrevistas individuais ao longo do ano e reuniões de pais mais interessantes; 8-livros e materiais mais baratos. (REIS, 2008, p. 235).

O autor destaca algumas estratégias que envolvem a família com a escola, citando a necessidade da escola se apresentar à família, e possibilitar que essa conheça as suas normas, e se envolva com o trabalho desenvolvido na instituição, e isso faz parte do envolvimento parental no espaço escolar (GONÇALVES, 2015).

Nesse sentido, ele destaca oito situações criadas como estratégias para serem refletidas com as famílias. A estratégia (1) aborda a relação de convívio da comunidade escolar com o

aluno, isso expressa uma relação social. Formam uma comunidade, não podendo esquecer que para construir uma boa relação com a escola, é preciso considerar a pluralidade e a singularidade que habita nesse espaço, por isso é necessário levar em consideração outras dimensões que influenciam a formação do educando.

A estratégia (2) expõe a necessidade de a família conhecer a estrutura física da escola e vislumbrar se esse espaço é acolhedor e prazeroso, facilitador para a busca do senso crítico e da autonomia corporal, que permita ao educando expressar sua cultura, ou seja, um espaço organizado de forma humanizada e que estabeleça o desenvolvimento de relações interpessoais.

As estratégias 3, 4 e 5 estão relacionadas ao fato de como o ambiente escolar influencia a aprendizagem. Uma escola com um espaço adequado, material pedagógico de qualidade. Mediante os fatos expostos essas estratégias demonstram há necessidade de se ter disciplina, por meio de um conjunto de regras que contribuem para melhorar a pontualidade, assiduidade e beneficie o bom andamento da aprendizagem. Isso tudo aliado a uma postura diferenciada dos educadores buscando mais qualidade para o ensino resulta em um melhor desenvolvimento do educando. E por fim, essa relação deve ser construída numa parceria que estabeleça o respeito mútuo com igualdade e singularidade.

É nesse sentido que a estratégia (6) discute de como é significativo a família acompanhar os trabalhos escolares, para que os anos escolares sejam benéficos e integrais. Nesse seguimento, a estratégia (7) aborda a forma de tornar as reuniões mais atrativas e isso é importante para ressaltar que esse momento é fundamental para promover o envolvimento parental na escola, pois é nessa ocasião que a escola e a família aproveitam para dialogar. Essa ação possibilita essas duas instituições trocarem informações sobre os problemas e dificuldades do aluno. Além disso, neste instante é propício para se discutir a estratégia (8) que aborda os materiais e livros mais acessíveis que atendem a realidade da comunidade da escola, já que esses instrumentos de ensino são facilitadores do processo de ensino e aprendizagem do educando tanto na escola quanto nas tarefas de casa. Resumindo, esses materiais devem ter um bom conteúdo pedagógico e deve estar de acordo com o orçamento dessas famílias. É preciso considerar, que esse material representa uma fonte confiável de consulta, tanto para os professores quanto para o educando e seus responsáveis.

Nesse contexto, as famílias teriam uma participação parental informal que segundo Gonçalves (2015) são fatores que podem contribuir para facilitar essa relação. Nessa perspectiva, é direito dos pais conhecerem o trabalho pedagógico e as definições das propostas educacionais, assim como o dever de acompanhar o desenvolvimento escolar do filho menor na escola (ECA, 2010).

O objetivo é que essa participação não fique na superficialidade, mas que aconteça de fato, de uma forma consciente, ativa e responsável aos propósitos educacionais, reforçando a intencionalidade dessa importante lei. Isso é fundamental, não só para um bom desenvolvimento do aluno, mas também para estreitar a relação entre essas duas instituições (MARQUES, 2011).

É certo que esse estudo realizado por Reis (2008) é muito significativo, no entanto, não é tão simples de acontecer, exige esforços por parte de todos os envolvidos. Porém, acredita-se que é um direcionamento para cada instituição com suas particularidades se adequar e criar suas próprias estratégias que envolvam a sua comunidade a participar da vida escolar dos seus filhos, dentro e fora da escola, a qualidade da educação está relacionada aos diferentes espaços, atores, bem como a trajetória histórico-cultural (PNE). Percebe-se que a criança, necessita de ambientes facilitadores da aprendizagem, tanto na escola quanto em casa, o que fez a necessidade do pesquisador desenvolver esta segunda categoria que está relacionada à manutenção de um ambiente saudável de aprendizagem em casa, por isso considera que o lar deve:

1-ambiente acolhedor e próximo, valores sempre presentes; 2- acompanhamento nos trabalhos de casa e boa organização dos tempos livres; 3- regras muito bem definidas, espírito de ajuda e divisão de tarefas; 4- boas notas e valorizar os progressos; 5- Reforços e expectativas positivas; 6- Trabalhos de casa personalizados, mais interessantes e motivadores; 7-Hábitos de trabalho; 8- Diálogo permanente com os filhos, conhecerem os amigos e os pais; 9- Estabilidade financeira e saúde do agregado familiar. (REIS, 2008, p. 235).

O espaço familiar acolhedor promove a aprendizagem e desempenha um papel importante na socialização do aluno. A família é a primeira instituição social na formação da criança. Com isso, a estratégia (1) aborda a necessidade do educando ter um convívio familiar agradável, que lhe passe princípios, e para consolidar esse ambiente é necessário discutir a estratégia (9), que assegura saúde, alimentação e uma boa condição social, já que saúde, educação e segurança são fatores primordiais para um bom desenvolvimento da aprendizagem, compreende-se que essas duas estratégias são inerentes. Além disso, de acordo com a legislação a educação é dever da família e do Estado e tem a finalidade do seu desenvolvimento pleno o estudante (LDB, 1996).

A estratégia (2) discute a responsabilidade da família para manter a ordem em casa, e no desenvolvimento das tarefas escolares que são mandadas para serem feitas em casa. Entende-se que se o educando recebe esse apoio, ele relaciona melhor o que aprende em casa com as atividades realizadas em sala de aula.

Contudo, é importante abordar a estratégia (3) que apresenta a necessidade de ajustar as

rotinas do aluno, para que ele tenha uma organização ao realizar as atividades. Estudos apontam que o ambiente familiar interfere na aprendizagem, pois acreditam numa educação informal, em que o conhecimento pode ser adquirido por meio de práticas sociais que acontecem fora do espaço escolar (GONÇALVES, 2015). Nessa perspectiva, é necessário facilitar a atuação do educando na realização dos trabalhos escolares e com isso uma melhor aprendizagem. Dessa forma, quando a criança chega à escola, ela chega influenciada pela cultura familiar, carregada de valores, crenças e hábitos particulares de cada uma, sendo assim, é responsabilidade da família mediar os valores éticos e morais contribuindo assim para uma boa formação da criança.

Para tanto, é importante discutir as estratégias 4 e 5 que é a cooperação da família na vida escolar do educando que além de promover bons resultados, é importante para informar sobre as atividades da escola e contribuir com reforço positivo. Assim, ajuda o educando a perceber melhor suas perdas e ganhos, bem como incentivar suas ações, de uma forma que o educando seja direcionado ao melhor desenvolvimento de aprendizagem.

É assim que as estratégias 6 e 7 dialogam com os itens citados por (Reis, 2008), sobretudo no que diz respeito sobre o desenvolvimento de atividades que motivam a participação dos pais de forma a criar esse hábito durante a realização dos compromissos escolares dos alunos. E para promover essas práticas é necessário desenvolver a estratégia (8) que é estimular o hábito da família de conversar com o educando. Isso fomenta a aproximação das pessoas do convívio dele, e possibilita a família conhecer as dificuldades que se apresentam durante o processo de aprendizagem.

Portanto é necessário alertar os responsáveis sobre como manter atitudes, em casa, que interferem na aprendizagem (REIS, 2008). Outro olhar é tecido por Valadas (2017) que propõe estratégias para que a escola envolva os pais no processo de aprendizagem.

**Quadro 2.** Plano de intervenção com as famílias

<b>Objetivos</b>	<b>Propostas apresentadas *</b>
A.Ouvir as famílias	1.Questionamento às famílias sobre sugestões de atividades para o projeto. 2.Avaliação do projeto por parte das famílias.
B.Estimular a participação	3.Pintura de caixas de ovos (em casa ou na sala). 4.Pedido de construção de um kit de emergência.
C.Estimular a relação entre famílias e com as crianças	5.Organização de uma refeição conjunta na sala de atividades. 6.Construção de árvore conjunta.
D.Representar a família na sala	7.Pedido de uma frase que represente o Natal para cada família.

	6. Construção de árvore conjunta.
E. Estimular a articulação de conteúdos	8. Pedido de pesquisa sobre os tremores de terra.
	9. Pedido de pesquisa sobre o Natal no mundo.

Fonte: Valadas (adaptado-2017 p.7).

Segundo o quadro 2 é preciso colocar a família num processo de interação com a escola. Para isso, Valadas (2017), propõe ações práticas para desenvolver o envolvimento parental. Nessas intervenções a autora apresenta objetivos: (A) - Ouvir a família; (B) – Estimular a participação; (C) – Estimular a relação entre famílias e com as crianças; (D) - Representar a família na sala; (E) – Estimular a articulação de conteúdos.

Desse modo, o objetivo (A) incentiva a comunicação entre essas duas instituições. A intervenção proposta para essa percepção foi fazer perguntas e ouvir opiniões sobre os projetos propostos. No entanto, como conseguir ouvir essas opiniões? Sabe-se que na maioria das escolas públicas, esse processo não seria tão simples assim. Existem casos em que a família só comparece no dia da matrícula. Isso acontece mesmo que a participação da família na escola esteja prevista pela lei LDB, nos artigos 14 e 15 (BRASIL, 1996).

Diante disso, pode-se afirmar que o diálogo é um ponto importante e necessário, assim, a escola deve estabelecer sistemas de comunicação que atendem tanto as famílias quanto a escola, mais também que possibilitam ouvir o ponto de vista das famílias a exemplo disso são: reuniões coletivas, individuais, contatos por telefones, agenda escolar, e-mail e outros. Dessa forma é possível alcançar a comunidade escolar.

Sendo assim, esse contato deve ser além daquele que é feito para falar do comportamento e avaliação do educando, ele deve ter o propósito de promover o objetivo(B) que é incentivar o envolvimento da família na realização dos trabalhos. E também viabiliza a contribuição da família na atividade do aluno, tanto que é um objetivo presente em todas as intervenções com as famílias proposta por Valadas (2017).

Os objetivos C e D promovem o envolvimento da família na realização do projeto escolar, com isso contribui para uma melhor aprendizagem e desenvolvimento sócio cultural do aluno. Nesse sentido, as ações desses dois objetivos citados no quadro 2, trata-se da organização de uma refeição num espaço da escola e a segunda é a ajuda das famílias em atividades desenvolvidas na sala de aula, por exemplo.

Nesse sentido, é necessário que cada escola crie uma forma de organizar uma intervenção de acordo com a realidade da sua comunidade. Ao melhorar a comunicação da família com a escola espera-se que as metodologias atenuem as falhas que a escola pode ter (REIS, 2008),

É interessante reiterar que desenvolver estratégias de comunicação da família com a escola pode contribuir com o PNE na Meta 7, que tem como principal objetivo elevar o nível de escolaridade da população e melhorar a qualidade da educação brasileira. Além disso, contribuir para garantir políticas públicas que tem como objetivo o pleno desenvolvimento do educando LDB. Diante dessa declaração, faz-se necessário o empenho de todos os envolvidos nesse processo de aprendizagem, permitindo que todos tenham uma boa formação independente da classe social.

Aprender por um processo de contextualização, o objetivo (E) tem a pretensão de estimular a aprendizagem por meio da realidade concreta, na proposta apresentada no plano de intervenção no quadro acima foi sugerido uma pesquisa sobre temores de terra, e uma pesquisa sobre o natal no mundo. Percebe-se que então que a proposta é desenvolver um trabalho de uma situação que está inserida no contexto sociocultural do educando, e uma que estimula o aluno a ultrapassar o seu ambiente e identificar diferentes culturas no mundo, ampliando seus conhecimentos.

Percebe-se que os objetivos e ações apresentadas pela autora no quadro 2 tem o intuito de propiciar aos alunos maior acompanhamento e envolvimento das famílias, e assim permitir que os pais participem dos processos pedagógicos dos alunos, e também valorizar a participação dos envolvidos. No entanto, esses objetivos e as ações foram desenvolvidos para atender e sanar as falhas daquela comunidade, não é uma regra, porém, servem de exemplos ou de direcionamentos de como se podem criar ações que motivem o engajamento da escola com a comunidade nesse propósito tão importante que é uma melhor qualidade do ensino e aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse estudo teve como objetivo discutir sobre a importância do envolvimento parental na escola e da corresponsabilidade dessas duas instituições para a formação integral do educando e a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, família e escola não podem interferir uma no papel da outra, mas sim serem parceiras e compartilhar da ideia que essa responsabilidade não é somente de uma instituição, mas de ambas.

Assim sendo, compreende-se que a família e a escola precisam estar lado a lado, não procurando o culpado dos problemas, mas pensando juntos como solucioná-los. Nesse sentido, é preciso entender que se a escola não abrir as portas para os pais, ou se esses pais não

entenderem que têm que entrar e participar efetivamente da vida escolar do seu filho, a melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem fica mais difícil.

Conforme apresentado na pesquisa, os documentos sobre a educação no Brasil sugerem esse envolvimento participativo da família na vida escolar do educando (LDB, PNE e a BNCC), no entanto, é necessário criar políticas públicas que sejam incisivas na importância de que família e a escola se juntem para criar estratégias que atendam a realidade dessas duas comunidades, mas com um objetivo comum, que é contribuir para o maior envolvimento da família na vida escolar do educando, com o propósito de uma educação igualitária e de qualidade.

Entretanto, políticas públicas que garantem estratégias que promovam essa relação família e escola, provavelmente não sejam criadas em breve no Brasil, nesse sentido, esse envolvimento precisa acontecer a partir da consciência dessas duas instituições, uma vez que essa integração é relevante para melhorar a qualidade da educação, e por isso precisam se reconhecer como parceiras nessa empreitada.

Durante o estudo, foi possível perceber que não é só criar uma lista de estratégias e distribuir entre as instituições, porque cada escola tem a sua comunidade com as suas diferentes culturas e realidades sociais. Desse modo, é muito importante que a primeira estratégia que se crie, seja uma que promova a comunicação da escola com a família, isso irá permitir que a instituição faça uma releitura da sua comunidade. E assim, criar estratégias que estejam de acordo com a realidade e a fim de atender a necessidade da instituição para promover o envolvimento parental.

No decorrer do estudo foi apresentado que o envolvimento parental na escola pode ser de caráter formal (institucionalizada) e informal (ocasional, não estruturada, não sistematizada) apesar de serem dois contextos diferentes têm algo em comum, ambos contribuem para o desenvolvimento do aluno, já que não se aprende somente no espaço escolar. As estratégias de envolvimento parental que foram desenvolvidas por estudiosos citados, percebe-se a necessidade dessas duas se ajudarem por meio de ações que se concretizem e sejam fecundas, partindo do princípio da responsabilidade compartilhada por ambas.

O estudo aqui apresentado teve o intuito de contribuir para o início de um trabalho que melhore a compreensão da necessidade dessas duas instituições desenvolverem uma relação de parceria. Deixa a reflexão de abarcar a educação num contexto mais amplo e que é necessário que família e escola se percebam responsabilmente como parceiras nesse processo de desenvolvimento do educando, pois, ambas são responsáveis pelo que produz, podendo reforçar uma a outra. Portanto, é necessário que propicie oportunidades a todos os envolvidos no

processo educativo para se conhecerem e que dessa forma possam construir ações que venham contribuir para o desenvolvimento pleno do aluno.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições, 2010.

\_\_\_\_\_. Estatuto **da Criança e do adolescente**. Lei n° 8069, de julho de 1990, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2010

\_\_\_\_\_. **Lei. n. n. 9394/96**. Estabelece as diretrizes da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25.mar.2020.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf)>. Acesso em: 22 dez. de 2017.

CARVALHO, Luísa e outros. **A parceria entre a escola, a família e a comunidade**. Estratégias de Envolvimento parental. Edição do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da educação. Lisboa/Portugal, 2000.

GONÇALVES, Eva Patrícia Duarte. **A Escola e a Família, uma parceria ou uma simples**

**aproximação?** Uma análise comparada de políticas, estratégias, práticas e resultados. ISCTE/IUL, 2015.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da Idade Média a época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LÜCK, Heloisa e outros. **A escola participativa:** o trabalho do gestor escolar/Rio de Janeiro: DPEA, 1998.

MARQUES, Jael Miriam Brito. **O envolvimento parental como fator promotor de sucesso escolar,** UC/FPCE-2011.

NOVA ESCOLA. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**e as estratégias propostas para alcançá-la. Novaescola.org.br. Disponível em; <<http://pne.mec.gov.br/18planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em:23 abr.2020.

REIS, Maria Paula Ivens Ferraz Colares Pereira. **A Relação Entre Pais e Professores:** Uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Departamento de Didáctica de La Lengua Y La Literatura Universidad Málaga, 2008.

VALADAS, Catarina. **Projeto de Intervenção com as Famílias.** Escola Superior de Educação de Lisboa, 2016-2017.